



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
Secretaria Executiva
Departamento de Governança Institucional
Fundo Setorial de Transporte Aquaviário e de Construção Naval

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
EXERCÍCIO 2021 – CT-AQUAVIÁRIO 23.08.2021

Fundo Setorial: Aquaviário

Reunião: 1ª Reunião Extraordinária de 2021 do Fundo Setorial de Transporte Aquaviário e de Construção Naval

Data da Reunião: 23 de agosto de 2021

Horário: 14:00 hs – 17:00 hs

Presidente do Fundo: Eduardo Soriano Lousada

Abertura: O Presidente do Fundo Setorial de Transportes Aquaviários (CT-Aquaviário) deu as boas vindas a todos os membros e convidados. Mencionou que essa reunião era uma retomada do CT-Aquaviário, haja vista sua última reunião realizada em 2014. Em seguida, os membros do CT-Aquaviário apresentaram-se.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Sr. Eduardo Soriano Lousada (Presidente do CT-Aquaviário).
Ministério da Infraestrutura (MInfra), Sra. Karenina Martins. Pelo Ministério da Defesa (MD), Sr. Alex Pereira, em substituição ao Sr. Sérgio Lucas.
Marinha do Brasil, Sr. Marcelo Gurgel.
Pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Sr. Sergio Oliveria.
Pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Sr. André Carneiro
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Sr. Enio Carvalho.
Pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sr. Segen Estefen.
Academia Brasileira de Ciências (ABC), Sr. Luiz Drude de Lacerda.
Pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sr. João Emílio.

Após a apresentação dos membros, o Presidente do Fundo informou que essa reunião era uma reunião de informação, de transparência aos membros. Informou ainda que os Fundos Setoriais foram descontinuidos e haveria, então, uma retomada de investimentos.

O Presidente informou que os Fundos Setoriais tiveram forte apoio especial da SBPC, ABC e CNI para o descontinuidamento de seus recursos.

Aprovação da pauta de reunião:

O Presidente abriu a votação da pauta da reunião extraordinária e perguntou aos membros se a pauta atendia às necessidades básicas do Fundo. Todos concordaram positivamente.

Apresentação dos documentos dos fundos:

O Presidente ressaltou a importância da legislação, referindo-se aos recursos dispostos pela Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, a qual “dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências”. Enfatizou o aporte da “da parcela do produto da arrecadação do AFRMM que cabe ao FMM”, “de 3% (três por cento) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT”.

Expôs ainda sobre a Portaria 7.252, de 30 de dezembro de 2019, a qual “dispõe sobre as normas gerais de organização e funcionamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e institui o Comitê de Coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT”.

O Presidente comunicou aos membros que os documentos referentes ao CT-Aquaviário serão enviados e salientou a necessidade de leitura do regimento interno, do manual operativo e de suas diretrizes. Anunciou ainda que o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) elaborou um documento técnico sobre o transporte aquaviário.

O Presidente relatou que o CT-Transportes possui superposição ao CT-Aquaviário e que poderiam ser feitas ações entre esses dois fundos (em relação a parte aquaviária).

O Presidente perguntou se algum dos membros gostaria de informações adicionais. O Sr. Marcelo disse que seria importantíssimo o entendimento sobre as documentações e perguntou se já havia uma agenda definida para viabilizar projetos do fundo. O Presidente respondeu que a reunião era uma retomada de atividades e o calendário seria elaborado posteriormente. Mencionou que as diretrizes foram elaboradas em 2013 e os membros poderiam discutir e inserir novas diretrizes.

O Sr. Segen mencionou que houve reunião da comunidade científica e foram apontadas linhas de pesquisas e temas prioritários.

Além disso, houve reunião com ABC e SBPC havendo consenso que não devem ser priorizadas encomendas, mas editais para ampla concorrência. Disse ainda que foram consultadas algumas universidades, mas não houve tempo para consolidar as informações. O Sr. Luiz, em nome da ABC, disse que devem ser priorizados editais independentemente de prazos para execução. Reforçou que isso seria uma boa gestão do Fundo.

O Presidente disse que o MCTI estava atento às posições da SBPC e ABC e que no próximo ano os editais seriam priorizados, mas não poderíamos abrir mão de encomendas.

Apresentação da situação do FNDCT:

Em seguida, realizou-se a apresentação da Finep pelo Sr. André Carneiro, relatando sobre:

- a regulamentação do FNDCT (Lei 11.540, de 12 de novembro de 2007 e Portaria nº 7.252, de 30 de dezembro de 2019);
- a governança do FNDCT (Diretrizes, Conselho Diretor, Comitê de Coordenação do FNDCT – CCF, Comitês Gestores etc.);
- a arrecadação e aplicação dos Fundos Setoriais; as modalidades de fomento com recursos do FNDCT (Art. 12 da Lei 11.540); v) os instrumentos de implementação das linhas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) – chamada pública, carta-convite e encomenda;
- a destinação dos recursos do FNDCT;
- a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Anual de Investimentos (PAI), bem como o fluxograma de aprovação do PAI;
- o fluxo da execução orçamentária; ix) a competência dos comitês gestores; e
- Propostas Orçamentárias para 2021 e 2022.

O Presidente informou que os projetos reembolsáveis terão aporte de, até 50% e sobre esse assunto houve um amplo debate, sendo que os membros entenderam que o valor de 50% relativos a recursos reembolsáveis deveriam reduzir.

O Sr. André disse que em menos de 132 dias não é possível concluir os resultados de chamada pública, considerando as fases de análise, recursal, e os próprios resultados. O Presidente disse que todas as chamadas possuem prazos mínimos e cartas-convite são usadas em casos específicos.

Um exemplo mencionado foi a escolha de laboratórios para formar uma rede: caso do Sistema Nacional de Laboratórios de Nanotecnologia (SisNano), que são um conjunto de laboratórios pré-selecionados; é uma encomenda dentro de uma pré-seleção.

O Presidente perguntou à Sra. Lilian Peters (convidada) acerca da composição do Conselho Diretor (CD). A Sra. Lilian respondeu que o CD é formado pela comunidade científica, empresarial, MCTI e áreas governamentais afins ao tema do CT vertical. Informou ainda que os comitês possuem a função de pensar e deliberar os recursos a serem aplicados, para uma posterior aprovação em dois níveis: pelo CCF (Comitê de Coordenação do Fundos, presidido pelo Secretário Executivo do MCTI) e pelo CD (Comitê Diretivo, presidido pelo Ministro do MCTI).

Esclareceu que o CCF é composto pelos presidentes dos fundos, o Presidente do CNPq, o Presidente da Finep e o Secretário Executivo do MCTI.

A Sra. Lilian informou que a CD reúne todas as demandas dos fundos, além das ações do CNPq para elaborar o PAI (Plano de Aplicação Anual). Reportou que há o PAI para projetos não-reembolsáveis e o PAI para projetos reembolsáveis (empréstimo para inovação). Anunciou que, quando todas as ações são reunidas, homologa-se o que foi aprovado, juntamente com as ações transversais. Expôs que o PAI é encaminhado ao CD. Citou que 2021 é um ano atípico, pois, em um dia foi aprovada a LOA e no dia seguinte foram descontingenciados aproximadamente no valor de R\$ 5 bilhões. Ressaltou a importância de se mostrar a capacidade de execução dos recursos para 2021.

A Sra. Lilian mencionou que o FNDCT possui regras rígidas e estruturadas para o CD. Relatou que o FNDCT possui regulamentação bastante robusta. Apontou que o Termo de Referência (TR) foi alterado para Carta Proposta (CP). Disse que, depois de aprovada essa CP, faz-se o TR que é submetido à avaliação do CCF.

O Sr. Enio forneceu informações sobre o edital universal relatando a sua importância pois “irriga todo o sistema de CT&I” e o quantitativo era de aproximadamente 5.000 projetos aprovados. Informou que a prioridade do CNPq para esse ano é lançar chamada universal e contratar projetos.

O Presidente perguntou se havia dúvidas por parte dos membros sobre a apresentação feita pela Finep ou sobre a exposição feita pela Sra. Lilian. O Sr. Marcelo perguntou: i) se o recurso do Fundo poderia ser transferido para o ano seguinte (2022); ii) o valor do Fundo para 2021; iii) o modo de gastar o recurso; iv) se o recurso retornaria para a União caso não houvesse descentralização financeira. A Finep, CNPq e o Presidente prestaram os esclarecimentos necessários, mas ainda ficaram dúvidas que serão sanadas na próxima reunião.

O Presidente propôs uma reunião para outubro ou início de novembro/2021 com o objetivo de debater temas e agendas para o Fundo e outras para janeiro ou início de fevereiro/2021 de caráter deliberativo.

O Sr. Segen informou que, cerca de 100 milhões foram depositados no FNDCT pela Marinha Mercante. O Presidente informou que, para 2022, a previsão para o Fundo é de R\$ 12 milhões (aprovado pelo CD).

A Sra. Lilian informou que, no começo de 2021, a LOA oficial tinha R\$ 500 milhões; com base de anos com grande contingenciamento. Informou que os fundos foram mantidos com um valor médio para manter a ação programática aberta com valores mínimos e não serem extinguidos pelo Ministério da Economia. Informou que, nos últimos 4-5 anos, alguns fundos não estavam em atividade, mas foram mantidos. Informou que a discussão no CD era que o orçamento baixo não é impeditivo para demandas de 2021 (extremamente estratégicas). Além disso, informou haver um esforço para transferir recursos de um fundo para outro. Lembrou sobre a Emenda Constitucional 85, em que há liberdade para troca de orçamento sem alterar o teto, bem como transferir recursos de uma ação para outra. Informou ainda que até 2022 deverá haver o retorno do equilíbrio dos fundos.

Deliberação de ações e temas prioritários:

O Presidente informou que, para 2022, o Fundo terá aporte de R\$ 12 milhões e haverá subvenção econômica. Declarou que se pode “desenhar uma ação de subvenção econômica setor aquaviário, bem como uma chamada de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE). Exemplificou que no setor energético foram arrecadados R\$ 450 milhões em 2021 e para o FNDCT houve poucos recursos. Informou que no setor aeronáutico são arrecadados, em média, R\$ 250-260 milhões e para o FNDCT o valor aportado é “muito pouco”.

O Presidente sugeriu uma reunião do Fundo para outubro de 2021 para alinhamento de ações para 2021 e 2022. Informou que na reunião do CCF tentará inserir essas atividades.

O Presidente disse que foi recebida uma CP do INPE para compor missão espacial de satélites no valor de R\$ 2 milhões, com aporte de outros fundos (Fundo Hídrico, por exemplo) e com outras ações orçamentárias. O Sr. Luiz perguntou se poder-se-iam ser discutidas em outra reunião as propostas. O Presidente expôs que os membros poderiam aprovar ou recusar a proposta, mas era necessário recepção-na reunião. O Sr. Luiz declarou que a proposta deve possuir aderência ao fundo e, na reunião, não teria “condição de avaliar a proposta antes de discutir as prioridades do fundo”. Informou a proposta deve ser mantida para posterior avaliação, após priorização das linhas do Fundo. O Presidente abriu a votação para aprovar a sugestão do Sr. Luiz e essa foi aprovada por unanimidade.

O Presidente perguntou ao Sr. João Emilio se a CNI já possuía áreas prioritárias para o Fundo. O Sr. João Emilio informou que as prioridades ainda estavam em discussão.

O Presidente perguntou ao Sr. Luiz se a Academia possuía temas prioritários para o Fundo. O Sr. Luiz disse que as prioridades são “temas gerais” para atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Relatou que o “setor aquaviário possui importância fundamental”. Outro ponto apontado foi a questão do clima, com foco na redução dos gases de efeito estufa (GEE). O terceiro ponto foi o monitoramento dos recursos hídricos para o setor aquaviário.

O Presidente informou que a questão dos combustíveis marítimos está em discussão com o MME. Informou acerca do Programa Combustível do Futuro, em que há um grupo específico sobre o assunto dos combustíveis marítimos e sobre o monitoramento das hidrovias.

O Sr. Segen realizou consulta ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), à Universidade de São Paulo (USP) e à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Informou que, para o IPT, a prioridade deve ser “parte de construção naval voltada às energias renováveis: eólica offshore com visão de construção naval”. Informou que há, atualmente, uma “crise séria”. O Presidente informou que haverá um mapeamento de energia eólica offshore da costa brasileira. Expôs que há entre 10 e 15 empreendimentos no país no tema de eólica offshore. O Sr. Segen reportou que, para o IPT, o tema do fundo deve ser “segurança da navegação de passageiros na Amazônia”. Informou que, para a USP, o foco deve ser “navegação portuária de navios de grande porte” e “navios ecológicos com combustíveis não fosseis”. Reportou que, para a UFRJ, o foco deve ser “digitalização e inteligência artificial aplicada à navegação” e “descarbonização do transporte marítimo nacional e internacional”. O Presidente informou que esses assuntos estão na pauta do MCTI e do MME e “alguns itens estão mais detalhados e outros menos”.

O Presidente do Fundo perguntou se o MD possuía temas prioritários. O Sr. Alex mencionou que o MD ainda não havia articulado acerca dos temas. Informou que as cartas náuticas são relevantes para a Marinha e que o MD precisa interagir com a Marinha e o Exército. O Presidente informou que “a conversa é inicial ainda” e o MD e a Marinha farão uma apresentação na próxima reunião.

O Sr. Marcelo mencionou haver “algumas ideias”, expôs sobre o Centro Tecnológico da Marinha e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. Mencionou que a encomenda tecnológica deve estar diretamente relacionada com o conceito de transporte aquaviário. Abordou sobre o conceito de e-navigation: monitoramento de hidrovias e e-porto, temas que estão sendo trabalhados nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) da Marinha. Expôs que, a partir do vazamento de óleo de 2019, deve haver uma rede de laboratórios para análise de óleo em qualquer parte da costa brasileira. Relatou que existe perigo de navegação na Amazônia e há problemas com pequenas embarcações naquela região. Informou que há “projetos em curso, mas precisamos definir as diretrizes”.

O Presidente informou que o MCTI está apoiando essa área e talvez possa começar a rede de monitoramento de óleo em laboratórios. O Sr. Marcelo informou que o Parque Tecnológico da Marinha pode auxiliar com a infraestrutura para nas ações mencionadas. O Sr. Alex disse que houve reuniões recentes com o Secretário de Empreendedorismo e Inovação do MCTI para atender às demandas das três (3) forças, inclusive sobre o Parque Tecnológico da Marinha.

A Sra. Karenina mencionou que “todos os assuntos abordados possuem interação com o Mlnfra”. Relatou que na Casa Civil há um Grupo de Trabalho (GT) “para resolver assuntos de segurança da Amazônia”. Ressaltou a importância acerca da segurança das embarcações dos passageiros na região e sobre recursos para tanques de provas. Informou que o FMM possui “linhas para combustível, redução de emissão de enxofre e energia limpa”. Reforçou que “é preciso discutir internamente com outra diretoria no Mlnfra, com a área portuária”. Além disso, ela precisa consultar o Mlnfra antes de estabelecer as prioridades. Sobre o tema de cabotagem, informou que são necessárias inovações nessa área e expôs a questão da avaliação de políticas públicas para o tema. O Presidente disse que há oportunidades junto ao CGEE para estudos referentes à avaliação de políticas públicas.

O Sr. Sérgio informou que a ANTAQ “ainda não estruturou internamente as prioridades”. Concordou que as ações devem ter aderência a temas referentes com embarcações de passageiros na Amazônia, monitoramento de hidrovias, questões ambientais, cabotagem, combustíveis com redução de enxofre, redução de GEE; esses temas estão alinhados aos da Antaq. Expôs que deve haver uma consulta interna na agência. A Sra. Karenina disse que deve haver um alinhamento das diretrizes entre o Mlnfra e a Antaq.

O Sr. André informou que, pela Finep, não havia nada estruturado, mas relatou que há um “movimento empresarial sobre propulsão alternativa, sequestro de carbono e energias verdes para movimentar a navegação de carga e passageiros”.

O Presidente propôs uma primeira reunião em outubro ou novembro/2021 com apresentações do MD, da Marinha, da ABC, do Mlnfra, da Antaq e da CNI.

O Presidente sugeriu uma segunda reunião em janeiro ou início de fevereiro/2022 para deliberar projetos e para maior interação entre os membros. Informou que o Fundo possui sinergia com o CT-Transportes. Informou que o tema de Inteligência Artificial (IA) possui recursos para Indústria 4.0. Enfatizou a necessidade de estruturar a demanda. Expôs que haverá edital em 2022 para combustíveis avançados na área de combustíveis marítimos.

O Presidente evidenciou a reunião para ser realizada entre outubro e novembro de 2021, a fim de prover prazo de articulação entre os membros e consolidar as diretrizes. A Sra. Lilian disse que haverá “uma segunda rodada em outubro de outros fundos” e assim “há tempo para realizar levantamentos entre os membros”. Após discussão entre os membros, a primeira quinzena de outubro ficou decidida como razoável.

O Sr. Marcelo perguntou sobre as diretrizes com outros fundos e sobre “como buscar a sinergia com outros fundos”. Expôs que “deve haver muitas ações que possuam interseção com outros fundos”. O Presidente informou que os temas de combustíveis aeronáuticos e marítimos estão na pauta do CT-Energia. O Sr. Marcelo perguntou se há algum representante da Marinha no CT-Energia. O Presidente pediu contato do Sr. Marcelo para inserir alguém da Marinha no CT-Energia. O Presidente informou que entrará em contato com o Sr. Marcelo para debater sobre a questão dos combustíveis marítimos, junto ao MME.

A Sra. Lilian enfatizou a necessidade de uma CP para aproveitar os R\$ 220 mil de 2021. A recomendação do Comitê foi aportar os recursos nas seguintes ações:

- apoiar projetos existentes dentro da Chamada Universal do CNPq, que tenham aderência ao fundo – primeira prioridade; e
- apoiar ação dentro da Década do Oceano (ONU) – segunda prioridade.

Encerramento:

Ao fim da reunião, o Presidente agradeceu a todos e disse estar aberto para contato e sugestões.

Eduardo Soriano Lousada
Presidente do CT-Aquaviário



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Soriano Lousada, Diretor do Departamento de Tecnologias Aplicadas**, em 16/12/2022, às 13:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9553433** e o código CRC **5A272E0C**.